

REFLEXÕES SOBRE CRÍTICA TEXTUAL
E O ESTUDO DO PASSADO EM FORMA DE TEXTOS LITERÁRIOS

REFLEXIONS ON TEXTUAL CRITICISM AND THE STUDY
OF THE PAST IN LITERARY TEXTS

Ceila Maria Ferreira
Universidade Federal Fluminense
criticaearte@gmail.com

RESUMO:

Reflexões sobre a importância da Crítica Textual para o estudo da gênese, transmissão e recepção de textos, estudo esse que é eivado de historicidade e também fundamental para estudarmos a literatura e sua história. A Crítica Textual/Filologia é de suma importância para a preservação e a divulgação do patrimônio cultural em forma de textos escritos.

PALAVRAS-CHAVE:

Crítica Textual, Patrimônio Cultural, Transmissão Textual.

ABSTRACT:

Reflections on the importance of textual criticism for the study of the genesis, transmission and reception of texts, which is imbued with historicity and is also fundamental for the study of literature and its history. Textual criticism/philology is of the utmost importance for the preservation and spread of cultural heritage in the form of writings.

KEYWORDS:

Textual criticism; cultural heritage; textual transmission.

[...] Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. [...] (Marc Bloch, *Apologia da História* ou o ofício de historiador.)

Concordamos em gênero, número e grau com o grande historiador, Marc Bloch. Dificilmente imagina-se que uma ciência possa abstrair do tempo, ainda mais então, no caso da Crítica Textual ou Filologia, que trabalha justamente com a história da transmissão de textos ao longo do tempo, além de restituí-los à forma final que lhes foi dada por seu autor e de dar ciência ao leitor

acerca de várias das transformações autorais e não-autorais sofridas por esses mesmos textos através dos anos. Tal estudo também é uma via em direção ao conhecimento de representações do passado remoto e recente por meio de textos literários e não-literários, o que contribui para a preservação do patrimônio cultural em forma de textos escritos, assim como para a formação de cânones literários, fortunas críticas, histórias da literatura. É a respeito de tal estudo e de alguns aspectos de seu impacto sobre o conhecimento do passado – formação de cânones literários, fortunas críticas, história da literatura - que pretendemos escrever estas páginas.

Aliás, parafraseando, em certa medida, o Poeta brasileiro nascido em Itabira, o tempo é também a nossa matéria. Mas, não só o tempo presente. O correr do tempo surpreendido através do processo de transmissão de textos.

Infelizmente, em relação à quase impossibilidade de uma ciência abstrair do tempo, não podemos dizer o mesmo de uma parte dos estudiosos de língua e de literatura que parecem não dar a devida importância às modificações empreendidas por autores ou por terceiros durante o processo de transmissão textual. Muitos desses estudiosos trabalham como se os textos fossem imutáveis e tivessem sido fixados para sempre. É profundamente lamentável que em algumas histórias da literatura portuguesa, por exemplo, permaneça a informação de que *O Crime do Padre Amaro* foi publicado em 1875 e ponto. Tais histórias parecem desconhecer a existência de mais duas versões do citado romance de Eça de Queirós: a de 1876 e a de 1880, além da edição de 1889, todas elas publicadas enquanto seu autor vivia. Nesse sentido, deixam de destacar, realçando aspectos que poderiam ser observados por meio do cotejo de edições, o trabalho do autor em relação a seu texto. O laborioso trabalho de busca da forma mais adequada à manifestação literária. Lembramos também aqui o caso de *A Ilustre Casa de Ramires*, romance publicado de forma incompleta na *Revista Moderna* e, após a morte do autor, em 1900, editado em livro na sua integralidade.¹ Bem, a respeito da edição em livro, as suas 137 páginas finais não foram revisadas pelo autor por decorrência do seu falecimento (LOSADA SOLER, 1999, p.18). E a ausência, a nosso ver, de revisão autoral irá facultar um desnível no tratamento e no desenvolvimento de determinadas passagens na obra, como é o caso daquelas que se referem à Gracinha Ramires na parte final do romance. Contudo, a falta de um desenvolvimento mais consistente de

¹ Para o estudo desse romance de Eça de Queirós, leia-se LOSADA SOLER, Elena (ed). *A Ilustre Casa de Ramires*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

determinadas passagens pode muito bem ser explicada por uma fatalidade: a morte de Eça de Queirós. Porém, o desconhecimento, por parte do historiador da literatura e do crítico literário, de tal ocorrência tem a possibilidade de gerar leituras equivocadas, originadas em informações destorcidas e sem sustentação no trabalho do autor em relação a seu texto, podendo até mesmo ser fonte de indagações acerca de um possível descuido de Eça de Queirós em relação ao trabalho de aprimoramento textual. O que em se tratando de Eça de Queirós, nos apoiando no intenso trabalho do autor em relação a seus textos, trabalho que vem sendo mais divulgado e muito valorizado pela que passou a ser chamada Equipe Eça, é um verdadeiro absurdo. E por falar em Eça de Queirós e em *A Ilustre Casa*, nesse romance, Gonçalo Mendes Ramires, o fidalgo da torre, após terminar a novela *Torre de Dom Ramires* põe em dúvida a real possibilidade de conhecermos o passado, de conseguirmos reconstruir o passado por meio da leitura e da escrita. Podemos ler nas páginas de *A Ilustre Casa de Ramires*:

[...] Mas agora, abandonada a banca onde tanto labutava, não sentia o contentamento esperado. Até esse suplício do Bastardo lhe deixara uma aversão por aquele remoto mundo afonsino, tão bestial, tão desumano! Se ao menos o consolasse a certeza de que reconstituíra, com luminosa verdade, o ser moral desses avós bravios... Mas quê! Bem receava que sob desconsertadas armaduras, de pouca exactidão arqueológica, apenas se esfumassem incertas almas de nenhuma realidade histórica!... [...] (LOSADA SOLER, 1999, p. 429).

Tem fundamento o receio de Gonçalo.

Do passado, tomamos ciência e nos aproximamos por meio da fala de outras pessoas, por meio das nossas próprias vivências, lembradas por nossa memória, por meio das nossas investigações, da leitura de textos literários e não-literários, do exame de fotografias, pinturas, monumentos etc. Portanto, a visão que temos do passado é construída a partir de “vestígios” como muito bem salienta um dos fundadores da Escola dos *Annales*, Marc Bloch, em *Apologia da História*, de onde retiramos a epígrafe deste artigo (BLOCH, 2001, p. 73). E é o mesmo Marc Bloch quem afirma que: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modifica. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75).

Em 2010, um dos biógrafos mais respeitados de Franz Kafka, Reiner Stach, afirmou, em entrevista à Graça Magalhães-Ruether, publicada no *Caderno Prosa & Verso* de *O Globo*, que o teor de documentos ainda desconhecidos

sobre e do autor de *O Processo* “[...] podem obrigá-lo a reescrever tudo que já publicou sobre Kafka” (STACH, 2010, p. 2). Tal temor viria da possibilidade de existirem manuscritos ainda inéditos de Kafka que poderiam contribuir para um maior aprofundamento a respeito do que já é conhecido da vida do citado extraordinário escritor. Além disso, o próprio espólio de Max Brod, amigo de Kafka e a quem é atribuída a responsabilidade pela preservação de boa parte da obra do autor de *Carta ao Pai*, ainda não foi estudado por Stach, pois tal espólio está sendo alvo de uma disputa entre o Arquivo de Literatura Alemã de Marbach e o governo de Israel.

Como podemos facilmente perceber, o simples conhecimento ou desconhecimento de documentos, acervos, espólios podem alterar e muito o resultado final de uma pesquisa, assim como a “qualidade acadêmica” do conjunto de “saberes” veiculado por instituições de ensino, livros, artigos, como também o conhecimento que temos do passado.

E por falarmos em passado, lembremos aqui de textos que foram transmitidos, publicados num tempo remoto, como é o caso de *A Poética*, de Aristóteles, e lembremos também de textos que foram editados há relativamente pouco tempo, como é a obra de Kafka e a de Eça de Queirós, por exemplo. O que nos garante que os textos que chegaram a nós, leitores-habitantes do século XXI, estão isentos de alterações realizadas à revelia de seu autor ou autores? O que nos garante que os textos que hoje podemos encontrar nas livrarias das grandes cidades e na Internet circulavam, na altura em que foram editados sob as vistas de seus autores, no estado textual em que se encontram na atualidade?

Caros leitores, nossa resposta não é nada animadora. Temos poucas garantias quanto à manutenção da última intenção materializada pelos autores ao longo da história da transmissão de seus textos. Além disso, todos nós sabemos que boa parte do que foi publicado no passado não chegou até os nossos dias. Também sabemos que parte considerável das obras do passado não ganhou a forma escrita e que era, quanto à autoria, de natureza coletiva. E ainda há as obras que foram relegadas à oralidade por seus próprios autores por razão do conteúdo que elas guardavam.

Sabemos que a maioria das obras escritas na Antiguidade, que chegaram aos dias de hoje, nos foram transmitidas por meio de cópias não autorais. Ou seja, por meio de manuscritos não-autógrafos, chamados de apógrafos. Como recuperar, nesse caso, o texto autoral? E ainda se não levamos em conta, no caso de textos produzidos na Antiguidade, a questão da recuperação do texto autoral, como chegarmos ao texto da primeira cópia que deles foi realizada? Podemos, para tal, utilizar o método lachmanniano, por exemplo, mas como

disse Ivo Castro, em “O Retorno à Filologia”: “O original perdido é irrecuperável. A sua reconstituição, mesmo que certa, não tem meios de saber que o é.” (CASTRO, 1995, p. 6).

Lembramos também, no caso de textos modernos e/ou contemporâneos, do problema da realização de edições póstumas de manuscritos autógrafos inéditos. Já que o autor não pode mais tomar decisões, fazer escolhas, a quem cabe tomar tais decisões em relação à publicação desses textos? Que tipo de edição deve ser preparado? É preciso conhecer a fundo a obra desse escritor para editarmos tais textos ou basta publicá-los como estão? Mas se a simples preservação do estado em que tais textos se encontram viesse a macular a imagem pública do escritor, já que esses manuscritos se acham, em alguns casos, em processo interrompido de escritura? Como publicá-los então?

Segundo Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro:

De certo modo, o responsável científico (que é, para esse efeito, o *editor*) substitui-se a um escritor que não pode já tomar decisões, reclamando para si uma autoridade que, sem ser propriamente do autor, é a única legítima na sua falta; legítima, desde que um tal editor possua a gama de conhecimentos suficientes para apresentar, ler, transcrever, comentar e relacionar com a obra conhecida os materiais que edita. Não se trata, pois, de uma simples divulgação; mais do que essa divulgação, o que importa é fazer dos materiais editados instrumentos que contribuam para um melhor conhecimento do escritor em causa, com maioria de razão quando neles se patenteia o vigor e a espontaneidade de um processo criativo em desenvolvimento. [...] (REIS/MILHEIRO, p. 24).

O caso de edições póstumas relativas a manuscritos autógrafos não necessariamente colocados em ordem pelo autor e com passagens de difícil leitura dá origem muitas vezes a problemas de edição que também serão fontes para a produção de estudos críticos ou histórico-literários baseados em o que podemos chamar a princípio de equívoco ou, utilizando uma terminologia mais técnica, baseados em textos apócrifos.

Pensemos em *O Egito*, atribuído a Eça de Queirós, mas publicado pela primeira vez pela Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, em 1926, sob os cuidados de preparação do texto para edição a cargo do filho mais velho do autor, José Maria d’Eça de Queiroz.

Quando cotejamos o texto dos manuscritos autógrafos de Eça de Queirós com o que foi impresso na edição de 1926, logo percebemos que o que foi escrito pelo então jovem Eça de Queirós em seus cadernos de viagem não foi transcrito na sua totalidade nas páginas da referida edição. Também logo percebemos que

o texto dos manuscritos é eivado de lacunas, rasuras, passagens de difícil decifração etc. Além disso, fica patente que os textos daqueles manuscritos ainda teriam que passar por uma série de revisões por parte de seu autor para que pudessem ser publicados com o grau de apuro formal encontrado em outras obras do grande escritor, considerado hoje gênio por uma crítica que não tem como língua materna a última flor do Lácio. E há outro ponto que deve ser levado em conta quando falamos desses manuscritos autógrafos: eles foram escritos por um Eça de Queirós ainda muito jovem, com 23 para 24 anos de idade. Segundo José Maria (QUEIROZ, 1926, p. VII), um Eça mais conhecido pelas suas gravatas do que por aquilo que até o momento havia editado. Contudo, era um Eça que já havia publicado contos e textos de difícil classificação quanto ao gênero literário na *Gazeta de Portugal*, tendo, inclusive, despertado a atenção do público leitor. Já havia sido redator de *O Distrito de Évora*, como também passara pela Universidade de Coimbra, onde se formou em 1866 e conhecera Antero de Quental com quem criara, juntamente com Jaime Batalha Reis, Carlos Fradique Mendes. Portanto, já iniciara a sua trajetória literária. Porém, o texto que lemos por meio dos manuscritos autógrafos não se encontra acabado. Também não contam, os manuscritos autógrafos, uma história no sentido em que esta palavra é usualmente empregada em Literatura, mas lemos em suas páginas observações sobre costumes, arquitetura, paisagens peculiares, modos de vida e povos que tiveram um passado majestoso e que, na altura, estavam submetidos à dominação estrangeira. E então aparece algo digamos incomum naquelas linhas escritas ora com um traço forte ora com um traço tênue como algo que vai se desmanchando: uma das qualidades que irão distinguir aquele observador como alguém que tem uma sensibilidade acima da média, pois ele consegue enxergar num perfil que vê numa rua, como também em determinados detalhes de algumas construções e na beleza divina de paisagens daquelas regiões a presença, a continuidade da grandeza imaginada, àquela altura, perdida. O observador também demonstra preocupar-se com problemas e injustiças sociais, pois desenvolve duras críticas em relação à maneira como determinadas pessoas, que vivem da terra, são tratadas pelos governantes locais, além de utilizar termos contundentemente pejorativos em várias passagens que se referem aos dominadores estrangeiros. O observador descreve também a decadência por que passam aquelas cidades e aqueles povos. Compara a grandeza do passado com a difícil situação do presente, mas consegue também ver alguma grandeza naquele presente que chega a nós por meio de suas palavras. E as paisagens! Algumas imaginamos belíssimas, pois as conseguimos enxergar a partir das descrições tecidas por aquele observador privilegiado. Tais observações são iniciadas, mas algumas vezes não são concluídas ou não conseguimos ler o

que escreveu o jovem Eça. Uma lacuna. Um ruído. Uma dificuldade de leitura e de conhecimento daquele passado presente naqueles manuscritos autógrafos. E o que encontramos na edição de 1926, intitulada *O Egito*. Notas de viagem? Um texto aparentemente íntegro, com belas imagens, críticas algumas vezes severas, mas não tão severas quanto às que lemos no manuscrito autógrafo. Um texto que não deixa à mostra muitas das lacunas mencionadas por José Maria, na introdução àquela edição. Se um texto é dito lacunoso, por que não conseguimos perceber muitas de suas lacunas por meio de uma leitura atenta? Perceberam, sim, naquela época, alguns anacronismos contidos no texto daquela edição. Todavia, será que, em 1926, haveria a possibilidade de se publicar uma edição de um texto de um autor consagrado, mas também excessivamente criticado como era, na ocasião, o autor de *Os Maias*, com lacunas e com características próprias de um texto inacabado, ainda à espera de mais algumas revisões autorais? Será que a intenção de José Maria foi a de publicar o manuscrito sim, mas preservando a imagem de escritor construída pelo pai, Eça de Queirós? E por “publicar o manuscrito”, entenda-se aqui “retrabalhá-lo”, “revisá-lo” na ausência de seu autor, para depois levá-lo a público. E é curioso. Os manuscritos autógrafos de Eça de Queirós não são, na sua integralidade, os originais do que lemos na edição de 1926. Algumas de suas passagens estão muito distantes do que lemos naquela publicação de meados dos anos 20 do século passado. Há também, nos manuscritos autógrafos de Eça, a quase total ausência das marcas dos trabalhos de “revisão” e, em algumas passagens, de recriação, empreendidos por José Maria. Onde estarão tais manuscritos? Foram destruídos? Estão perdidos ou fazem parte do acervo de alguma biblioteca particular? Não sabemos e não temos notícias de quem conheça o seu paradeiro. E fica também, da leitura da edição de 1926 de *O Egito*, uma vaga tristeza pelo destino de escritor semi-inédito que foi o de José Maria. Escritor semi-inédito, pois dele conhecemos as introduções que fez para algumas publicações póstumas, mas hoje sabidas problemáticas, da obra de seu pai.

Tendo lido grande parte das páginas do manuscrito autógrafo das narrativas de viagens do jovem Eça, pois estamos preparando sua edição crítico-genética como um dos volumes da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, coordenada pelo Professor Carlos Reis, percebemos que parte considerável do que está impresso na edição de 1926 muito provavelmente é um trabalho de escritura de José Maria, numa particularíssima parceria construída não com Eça de Queirós em presença, mas com um modelo de grande escritor que devia ser respeitado. E devia ser respeitado segundo o entendimento a que foi possível chegar José Maria, naquele tempo, acerca da preparação de uma edição de um texto inacabado de um autor amplamente consagrado e além de tudo seu pai.

E hoje podemos perguntar, já que conhecemos pelo menos parte da história da preparação e da transmissão da edição de 1926: quem é o autor no texto nela estampado? Eça de Queirós? José Maria? Não seria melhor dizer: os dois? Sim, os dois. E então haveria uma espécie de resgate de José Maria como escritor com a inclusão de seu nome na folha de rosto de *O Egito* ao lado do nome de seu pai. Outra solução seria a de retirar *O Egito* do cânone queirosiano. Contudo, tal operação estaria relegada ao fracasso, já que a obra citada e com o texto-base modelado segundo a sua vulgata de 1926 é conhecido e dela há fortuna crítica considerável. Mas temos outra opção que nos parece mais sensata: é a de realizarmos e de divulgarmos uma edição crítica ou crítico-genética sinóptica que apresente lado a lado o texto da edição de 1926, explicando as particularidades do processo de sua construção e publicação e, com destaque, o texto crítico que tem por base o manuscrito autógrafo do jovem Eça e, em capítulo anexo, as redações autorais de algumas das passagens das narrativas de viagem publicadas em vida do autor de *O Primo Basílio* em *O Diário de Notícias*. Todavia, é preciso frisar que, hoje, levando-se em conta o desenvolvimento atual da teoria e da prática da Crítica Textual, a preparação de uma edição como foi a levada a público em 1926 estaria fora da marca do aceitável. Destacamos o hoje, pois, naquela altura, ela foi preparada, publicada e a conjuntura de sua realização deve ser entendida pelo crítico textual dos nossos dias.

Nos nossos dias, felizmente, é consenso entre os críticos textuais que os textos têm características formais, materiais, históricas e circunstanciais específicas que devem pesar na escolha do tipo de edição que deles é feito. Contudo, ainda não é consenso entre nós que a escolha do tipo de edição vai interferir no processo de aceitação ou não daquele texto pelos leitores e vai ser peça importante na produção de sua fortuna crítica. É claro que sabemos que para que um autor seja aceito pelo público e que tenha sua obra canonizada pela crítica literária são necessários outros fatores, inclusive a participação do autor ou da autora em determinados círculos literários. Contudo, a escolha do tipo de edição não deve ser descartada como um desses fatores fundamentais. Um texto mal editado pode comprometer a imagem pública de um escritor e mesmo a transmissão desse texto.

Outrossim, é importante chamarmos atenção para o fato de que não só o conhecimento do passado nos ajuda a melhor compreendermos o presente, como também a observação crítica do presente é uma atitude que nos leva a ficarmos mais próximos de tal compreensão.

Parece óbvio o que acabamos de dizer, mas em relação ao crescimento e revalorização da Filologia, entendida aqui neste artigo como Crítica Textual,

no Brasil de hoje, por exemplo, será que os currículos acadêmicos da área de Letras estão refletindo tal situação? Será que o maior número de teses de doutorado em forma de edições críticas não é um reflexo desse crescimento e dessa revalorização? E a criação de um GT de Crítica Textual na ANPOLL não seria também um reflexo de tal crescimento e de tal revalorização? Se esses são um reflexo, por que as aulas de literatura de que temos ciência encontram-se - pelo menos aparentemente - tão desconectadas da Crítica Textual ou Filologia? Por que ainda não é consenso, no Brasil, a necessidade do preparo de edições críticas para que então, com base nessas edições, seja realizado o trabalho do historiador da literatura e do crítico literário? Como conhecermos a literatura produzida no passado se não por meio de edições feitas a partir de critérios fundamentados em uma metodologia calcada na Crítica Textual? E para realizarmos o imprescindível trabalho de preparação e de publicação de edições críticas de textos da literatura brasileira, por exemplo, será que as universidades de nosso país estão formando, em número suficiente, críticos textuais, filólogos capazes de levarem a cabo essa tarefa? Se tal trabalho é realmente imprescindível, por que não é ministrada, na maior parte das universidades desse imenso país, a disciplina Crítica Textual ou Filologia? São perguntas que, como reza a fala popular, não querem calar.

A Crítica Textual tem papel fundamental na preservação do patrimônio cultural da humanidade, pois além de estudar a transmissão de textos ao longo dos tempos, os restitui à forma que o autor considerou como final ou à forma hipotética mais próxima ao que o crítico textual ou filólogo pôde chegar daquela obra e ainda, quando há material propício para tal, estuda a gênese da obra, por meio do estudo das modificações empreendidas no texto pelo autor ao longo de seu trabalho de construção textual.

O crítico textual ou filólogo deve saber preparar vários tipos de edições. Contudo, a edição crítica e a edição crítico-genética, por sua natureza minuciosa, possibilita esclarecer ou trazer à luz um quadro mais detalhado de aspectos relativos ao texto. E qual seria uma diferença básica entre o que nós, críticos textuais, nos acostumamos a chamar de edição crítica e de edição crítico-genética?

Para fazer uma edição crítica e uma edição crítico-genética, o filólogo tem que estudar a história da transmissão da obra que quer publicar criticamente. Nesse sentido, faz um levantamento ou uma recensão dos manuscritos, das edições impressas e, nos dias de hoje, dos textos veiculados em formato digital, com a finalidade de fazer um apanhado de todas as edições ou daquelas que o interessam mais de perto como, por exemplo, as edições autorais. No caso de, nessa pesquisa haver referência a manuscritos autógrafos do autor com alterações

feitas pelo próprio autor, seria o caso de fazermos uma edição crítico-genética, uma edição que apresente o texto final do autor, além de levar ao conhecimento do leitor as alterações feitas pelo escritor ainda quando a obra não havia sido publicada na sua forma impressa. A edição crítica não traz necessariamente, pela natureza do material trabalhado pelo filólogo para construí-la, maiores informações sobre o processo de criação e escritura empreendidos pelo autor em seus manuscritos autógrafos. Mas, há autores, no século XIX, como Eça de Queirós, por exemplo, que empreenderam mudanças autorais significativas em seus textos impressos e podemos observar tais alterações por meio de edições impressas e não por meio da leitura de manuscritos autógrafos, dos quais não temos informações hoje. Tais alterações podem ser atestadas em edições publicadas quando esses autores ainda viviam. É o caso das três versões de *O Crime do Padre Amaro*. É verdade que não tendo o manuscrito autógrafo nem edições anotadas por esses autores não temos como afirmar que todas as alterações que se encontram em tais edições são da lavra de seu autor. Porém, podemos afirmar que foram autorizadas por seus autores. Passaram pelo crivo da autoridade do autor sobre seu texto, pois foram todas elas edições publicadas em vida de seus autores e pelo menos, não sabemos de qualquer notação ou informação advinda de seus autores que as desabonem. Há, portanto, em tais edições, modificações autorais que podem atestar o rigoroso trabalho de apuro formal e de conteúdo empreendidos pelo autor e que podem ser conhecidos pelos leitores por meio de suas edições críticas publicadas pela Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. No caso de *O Crime do Padre Amaro*, a edição crítica publicada em 2000 apresenta o cotejo entre as edições consideradas, pelos editores críticos, como autorizadas pelo autor.

Infelizmente, não fazem parte das preocupações diárias de muitos dos leitores e mesmo de alunos da área de Letras de hoje boa parte das indagações feitas e citadas aqui neste artigo a respeito da história da transmissão textual ao longo de séculos e a respeito da divulgação e revalorização da Crítica Textual ou Filologia. É como se os textos fossem sempre publicados tal como foram escritos e editados por seus autores. Como se o passado longínquo ou recente estivesse ao nosso alcance e não houvesse a menor distância entre nós e as obras pensadas e produzidas num outro tempo. Como se um texto de, por exemplo, Machado de Assis fosse escrito na semana passada e nos chegasse às mãos hoje, para nosso deleite e prazer, sem os problemas suscitados pela distância temporal que é produtora de ruídos e de dificuldades de leitura de variada natureza.

Por mais que Machado de Assis e Eça de Queirós, por exemplo, falem a nossa língua, eles a falam a partir de outro tempo que não o nosso tempo. E

por falarem a partir de outro tempo que não o nosso, seus textos têm características específicas desse outro tempo que, para serem mais entendidas, devem ser preservadas e comentadas. Seguindo tal linha de pensamento, se examinarmos edições preparadas com base na Crítica Textual ou Filologia, veremos que podemos nos surpreender com as mudanças de materialização do que era e é Literatura para determinados escritores como Machado de Assis e Eça de Queirós. E quando escrevemos essas linhas, fatalmente nos reportamos ao que tão prestigiosos autores escreveram sobre Realismo/Naturalismo e ao que também produziram sob a égide dessa concepção, se entendemos Realismo como sinônimo de Naturalismo, ou dessas concepções, se as entendemos como concepções heterogêneas do fazer e do pensar literários, artístico e até mesmo como maneiras de estar no mundo.

Em relação à difusão da obra do autor de *Dom Casmurro*, foi criada em 1958, pelo governo brasileiro de então, a Comissão que recebeu o nome do ilustre escritor carioca: Machado de Assis. A Comissão Machado de Assis foi instituída “[...] com a finalidade de elaborar o texto definitivo das Obras de Machado de Assis” (MACHADO DE ASSIS, 1977, p. 5). Contudo, ela não chegou a concluir tão difícil e importante missão. Não chegou a publicar *Páginas recolhidas*, além de uma série de obras póstumas, coligidas entre outros por Mário de Alencar e R. Magalhães Júnior, como também não levou a público o texto restabelecido de *Papéis Avulsos*, obra formada, por “O Alienista”, “Teoria do Medalhão”, “A Chinela Turca”, “Na Arca”, “D. Benedicta”, “O Segredo do Bonzo”, “O Anel de Polícrates”, “O Empréstimo”, “A Sereníssima República”, “O Espelho”, “Uma Visita de Alcibíades” e “Verba Testamentária” (MACHADO DE ASSIS, 1977, p. 6).

Do exame das obras publicadas pela Comissão Machado de Assis, podemos desenvolver necessárias considerações acerca do fazer literário de Machado de Assis e mesmo examinar a concepção materializada em seus escritos a respeito do que tão eminente escritor considerava ser Realismo/Naturalismo, em Literatura. Será que hoje temos uma visão clara a esse respeito? Será que podemos mesmo ter uma visão livre de dogmas e liberta do senso comum cristalizado por um cânone literário também construído a revelia do conhecimento de um número expressivo de obras que foram publicadas, lidas e que fizeram parte do círculo literário no passado?

Há vários estudos sobre a obra de Machado de Assis. Há numerosas edições da obra de Machado de Assis. Todavia, por meio de uma edição crítica, o leitor poderá ter acesso não só ao que chamamos de texto crítico, ou seja, ao texto que mais se aproxima da última intenção materializada pelo autor, que, após o

trabalho do crítico textual é apresentado ao público. Se não bastasse o acesso a um texto rigorosamente fixado, o leitor terá oportunidade de tomar conhecimento de parte do trabalho que podemos chamar de estilístico, de estético do autor em relação a seu texto. Por meio do exame dos aparados de variantes, preparados por críticos textuais ou filólogos a partir do cotejo de edições autorais em que podemos observar e estudar as modificações realizadas nos textos por Machado de Assis, ao longo do tempo, o leitor poderá aproximar-se do trabalho de apuro formal empreendido pelo autor de *Quincas Borba*, esse, aliás, um romance eivado de alterações realizadas pelo próprio autor. Outro aspecto da obra de Machado de Assis que a publicação de uma edição crítica pode vir a valorizar é o cuidado do autor com a escolha de modos de dizer próprios a uma dada época, que denotam pelo menos serem frutos de uma pesquisa atenta e minuciosa do autor em relação a determinados estágios históricos da língua portuguesa. É o que percebemos, com satisfação, pois tal constatação só vem a confirmar ainda mais o grande prestígio de exímio artífice das palavras e de ideias que é Machado de Assis, em *Papéis Avulsos*, por exemplo, nos contos “O Segredo do Bonzo”, apresentado, no seu subtítulo, como um capítulo inédito das *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto, portanto passado no século XVI, por exemplo. Além disso, uma edição crítica informa os critérios de edição obedecidos e seguidos em suas páginas. Ou seja, o leitor tem como reconstruir, ele próprio, o caminho de fixação daqueles textos percorrido pelos críticos textuais. E mais! Por meio dos textos de Machado de Assis, fixados e restaurados pelos críticos textuais, o crítico, o teórico, o historiador da literatura terão como chegar mais perto de fontes que os ajudarão no caminho para o conhecimento de conceitos vigentes no século XIX, no Brasil e mesmo em Portugal. E, voltamos, vejam vocês, ao Realismo/Naturalismo. E por que voltamos? Por que será que a noção que é atualmente hegemônica sobre Realismo e sobre Naturalismo é muito mais uma visão desenvolvida em época posterior ao próprio século XIX? Será que os autorais daquela época entendiam Realismo como um sinônimo de Naturalismo? Por que não ler então as críticas literárias escritas pelo próprio Machado de Assis, inclusive a que ele escreveu sobre *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio* e em que fala sobre o Realismo? E por falar nessas duas obras de Eça de Queirós, o que é mais aceito atualmente como conceito de Realismo e de Naturalismo pode ser depreendido das obras e dos escritos de Eça de Queirós?

Para termos uma ideia da gravidade do problema acerca dos conceitos de Realismo/Naturalismo divulgados na atualidade, um dos textos mais citados para a canonização de um conceito de Realismo referente à literatura em língua

portuguesa do século XIX é o da Conferência proferida por Eça de Queirós, no ano de 1871, dentro do programa das famosas Conferências do Casino, na atualidade, praticamente desconhecidas pelo nome de Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Pois bem. Se não bastasse este problema relacionado ao nome do programa geral das Conferências, a de Eça de Queirós estava entre as que não foram publicadas a partir de um texto entregue pelo próprio autor a algum editor e sim por meio de reconstituições baseadas em informações de terceiros. Nesse sentido, por exemplo, em seu livro *As Conferências do Casino*, para o estudo do acima citado texto de Eça de Queirós, Carlos Reis consultou a reconstituição apresentada em *Histórias das Conferências do Casino*. Conforme Reis:

[...] Para conseguir essas reconstituições, Salgado Júnior procedeu à consulta dos jornais que, na época, deram notícia não raro desenvolvida e incluindo resumos circunstanciados das diversas conferências. (REIS, 1990, p.89).

Como podemos perceber da leitura das linhas acima, não temos como saber hoje se o texto de tal Conferência é ou não *ipsis litteris* a palestra proferida por Eça de Queirós em 1871, pois sua transmissão se deu de forma indireta. É mais aceitável que não o seja na sua integralidade. Portanto, quando tal conferência for citada em histórias da literatura e em críticas literárias, deve vir acompanhada de uma explicação a respeito da natureza de sua transmissão, como o fez o Coordenador da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. E quando nos lembramos do que nos chegou das Conferências do Casino, do trabalho de escritura e de reescritura de *O Crime do Padre Amaro*, nos vem em mente que uma das características mais marcantes da Literatura da chamada Geração de 70 está sendo esquecida ou colocada em segundo plano com o passar do tempo para a maioria dos leitores, neste início do século XXI: a de uma Literatura Militante que tem como um de seus objetivos a intervenção na vida pública, além do seu alto teor estético. E nas palavras de Eça, conservadas e transmitidas na edição crítica publicada em 2000, último ano do recém-findado século XX, podemos perceber, sem esforço, uma Literatura que podemos chamar de engajada. Engajada, sim, com a mudança para melhor de uma sociedade que parecia não ter mais como florescer, se renovar e acordar para um novo modo de estar e de ser no mundo. E chamamos de engajada a Literatura de um dos maiores escritores que nossa língua já conheceu, naturalmente, sem o sentido pejorativo que é dado, em grande parte dos casos, a esse termo, pois a Literatura de Eça é indiscutivelmente de primeiríssima linha. Como ler *O Crime do Padre*

Amaro sem perceber tal engajamento? Como não ver a vida de pessoas de carne e osso com seus problemas e paixões em suas belas páginas incansavelmente trabalhadas por seu autor? Contudo, tal característica vem sendo enterrada e colocada em segundo plano. Grande contradição hoje em que é normal o silêncio dos intelectuais: ser engajada e bela! Não é possível?

É possível! Foi possível! Num passado não muito distante, escritores de uma geração sonharam em português com um mundo mais justo e mais voltado às transformações de seu tempo.

Já dizia Marc Bloch (BLOCH, 2001, p.63) : “[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação.”

É hora. Já é hora de considerarmos o estudo da história da transmissão de textos como de fundamental importância para todas as áreas que têm o texto como objeto material de estudo. Já é hora de estudarmos Literatura por meio de textos fixados por críticos textuais, para que possamos também contribuir para a construção, na área de Letras, de um saber, com bases mais científicas, em direção a uma proposta de conhecimento do passado, do presente que envolva a Crítica Textual e a história da transmissão de textos e sem perdermos de vista a importância da preservação do patrimônio cultural em forma de textos literários.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTRO, Ivo. O Retorno à Filologia. In: http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/1995_Retorno__Filologia.pdf. Acesso em 09/03/2016.
- LOSADA SÓLER, Elena (ed.). *A Ilustre Casa de Ramires*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts. 1882.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Edições Críticas das Obras de Machado de Assis. Texto Estabelecido pela Comissão Machado de Assis. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília:INL, 1977.
- QUEIROZ, José Maria d’Eça de. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *O Egipto*. Notas de viagem. Porto, Lelo & Irmão, 1926, p. VII.

- REIS, Carlos; MILHEIRO, Maria do Rosário. *A Construção da Narrativa Queirosiana*. O Espólio de Eça de Queirós. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- REIS, Carlos. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Alfa, 1990.
- REIS, Carlos; CUNHA, Maria do Rosário. *O Crime do Padre Amaro*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- STACH, Reiner. Entrevista à Graça Magalhães-Ruether. O Processo de Kafka. In: *Caderno Prosa & Verso, O Globo*, 27/02/2010. Rio de Janeiro, p. 2.